

COLEÇÕES E COLEZIONADORES: a polissemia das práticas

Organização:

Aline Montenegro Magalhães
Rafael Zamorano Bezerra



MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL



Curso de Livro Histórico Nacional

A marca "Livros do Museu Histórico Nacional" surgiu na ocasião das comemorações dos 80 anos de fundação do MHN. A produção editorial da Instituição sempre foi elevada e referencial nos estudos sobre História, Museologia e Patrimônio. Neste sentido, a edição anual dos Anais do Museu Histórico Nacional, o lançamento dos Livros dos Seminários Internacionais e a intensificação da publicação de catálogos e obras sobre o acervo, bem como o livro que ora apresentamos ao público leitor, vêm manter a tradição editorial do MHN como local de produção e divulgação do conhecimento científico. Sem alterar a tradição de qualidade de conteúdo dos livros e periódicos lançados pela Instituição, a marca "Livros do Museu Histórico Nacional" representa uma interface de comunicação da Instituição com a sociedade.

Vera Lúcia Bottrel Tostes
Diretora do MHN

SONHO OU REALIDADE: um Imperador antes do Império, nas insígnias luso-brasileiras das antigas Ordens Militares

António Forjaz Pacheco Trigueiros ¹

Uma coroa imperial de desenho inovador

Entre os símbolos heráldicos brasileiros criados pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret contam-se o brasão pessoal e o estandarte do príncipe regente do reino do Brasil, D. Pedro de Alcântara, que seriam adoptados após a declaração de independência como o escudo real de armas (encimado por uma coroa real de arcos fechados) e a bandeira do reino do Brasil independente, conforme determinado por decreto de 18 de Setembro de 1822. Após a sagração e coroação do imperador D. Pedro I, o novo soberano ordenou, por decreto do 1.º de Dezembro desse ano, “*que a Coroa Real, que se acha sobreposta no Escudo das Armas, estabelecido pelo Meu Imperial Decreto de 18 de Setembro do corrente ano, seja substituída pela Coroa Imperial, que lhe compete, afim de corresponder ao grau sublime e glorioso em que se acha constituído este rico e vasto Continente*”. ²

¹ António Forjaz Pacheco Trigueiros é engenheiro químico-industrial, foi director técnico da Casa da Moeda de Lisboa e autor de toda a legislação monetária portuguesa publicada desde 1986 até à introdução do Euro. Nessa qualidade foi distinguido em 1992 em Basileia, Suíça, com o *Prémio Europeu de Numismática – Vreneli*, pela sua contribuição pessoal para a valorização cultural e histórica da moderna indústria da moeda, um galardão atribuído pela primeira vez a um dirigente de uma casa de moeda. É autor de uma vasta obra de investigação histórica que cobre os campos da Numismática, da História Monetária, da Notafilia, da Medalhística e da Emblemática portuguesas, cujos trabalhos estão publicados no editor digital www.estudosdenumismatica.org, uma organização sem fins lucrativos por si criado em 2010, como contribuição para o acesso livre e universal ao conhecimento nas ciências e humanidades.

² Portal da Câmara dos Deputados – Coleção das Leis do Império do Brasil, Decretos, Cartas Régias e Alvarás de 1822 (publicação digitalizada): decreto do príncipe regente de 18 de Setembro (“*Dá ao Brasil um Escudo de Armas*”); decreto imperial de 1 de Dezembro (“*Manda substituir pela Coroa Imperial a Coroa Real que se acha sobreposta, no escudo das Armas*”)

É natural supor, assim, que o desenho dessa coroa imperial seja também atribuído a Debret, por sua própria inspiração ou por influência de outros, neste caso, do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. E terá sido desse seu desenho original que ourives fluminenses fabricaram a peça de joalheria de ouro e diamantes, que serviu no acto de sagração e aclamação do primeiro imperador do Brasil, muito embora com inúmeras diferenças entre a peça lavrada e o desenho, naturalmente motivadas pelas exigências industriais da manufatura de ouro e da cravação dos diamantes.

No espólio do pintor, conservado no Museu Castro Maya, no Rio de Janeiro, existem os esboços aguarelados originais, do escudo de armas e da bandeira imperial, da coroa imperial e do ceptro, que seriam depois reproduzidos nas estampas do tomo III da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (estampas 9 e 10: insígnias reais e imperiais; estampa 29: bandeiras imperiais), publicadas em Paris em 1839. Na descrição que fez acompanhar as estampas, Debret assinalou as características da coroa imperial de D. Pedro I:

*«A coroa imperial, de arcos fechados, tem uma forma elíptica de grande proporção. A sua base é decorada com escudos das armas do Brasil, alternados com florões. O ponto de encontro dos seus arcos é enriquecido com uma esfera celestial encimada por uma cruz pátea de quatro faces. Em cada um de seus ramos figura uma palma fina e longa, que se eleva a partir do centro de cada escudo. Esta coroa é de ouro maciço, e os lados das palmas, o centro dos escudos, o círculo do zodíaco na esfera celeste, e a cruz pátea são guarnecidos de diamantes da melhor escolha. O seu valor é estimado em cerca de 80.000 cruzados (221,000 francos). Um gorro de veludo verde reveste o interior da coroa.»*³

³ Debret, Jean Baptiste, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* [...] (Volume III), acervo digital da Brasileira USP, p. 138 (PL. 10): «*La couronne impériale, à branches fermées, est d'une forme elliptique et de grosse proportion. Sa base est garnie d'écussons aux armes du Brésil, alternés avec des fleurons. Le point de réunion de ses branches est enrichi d'une sphère céleste découpée à jour et surmontée d'une croix pattée à quatre faces. Chacune de ses branches ligure une palme mince et longue, qui s'élève du centre de chaque écusson. Cette couronne est d'or massif, et les côtes des palmes, le milieu des fleurons, le cercle du zodiaque de la sphère céleste, et la croix pattée sont de diamants du plus beau choix. Leur valeur est estimée à peu près 80,000 cruzados (221,000 francs). Une coiffe de velours vert, garnit l'intérieur de la couronne.*»

Representações tridimensionais dessa primeira coroa imperial figuram nas insígnias das Ordens Honoríficas do Cruzeiro, de D. Pedro I Fundador do Império do Brasil, e da Rosa, bem como, em insígnias brasileiras das antigas Ordens Militares portuguesas de Cristo e de S. Bento de Avis, atribuídas no primeiro Reinado.

O desenho da coroa imperial brasileira, marcadamente elíptica de recorte cónico, com oito semi-arcos revestidos com palmas peroladas, que se unem e fecham em cima numa esfera armilar transfurada e encimada por uma cruz da Ordem Militar de Cristo, distingue-a claramente das restantes coroas imperiais europeias que a antecederam, e que poderiam ter servido de modelo. Anteriormente a 1822 eram bem conhecidas as coroas imperiais do Sacro Império Romano-Germânico e do império dos Habsburgo da Áustria que lhe sucedeu em 1815, da coroação de Napoleão Bonaparte, e do império da Rússia, esta última criada à semelhança dos usos ocidentais em 1762, por Catarina I, passando desde então a guarnecer as insígnias das Ordens imperiais de S. André, de Sta. Ana e da Águia Negra.

É importante notar que todas elas, com excepção da efémera coroa do imperador dos franceses, eram coroas-mitra abertas ao centro, inspiradas nas antigas coroas do Sacro Império Romano, com as cúspides posicionadas lateralmente sobre a região temporal da cabeça (as mitras episcopais modernas têm as cúspides posicionadas sobre a testa e a nuca), com um grande arco sobre o centro da mitra, estendendo-se da parte dianteira do diadema para a parte traseira.

Também deviam ser bem conhecidas na corte do Rio de Janeiro as representações heráldicas da época, de coroas de realeza, coronéis de nobreza e mitras episcopais, publicadas em enciclopédias, como a Britânica de 1801, ou a norte-americana de Abraham Rees de 1802-1820. Em nenhuma delas figura, no entanto, qualquer tipo de coroa que se assemelhe à primeira coroa imperial brasileira, cujas características emblemáticas únicas, a nível mundial, levantam a questão de saber onde foi Debret inspirar-se para tão inovador desenho.

A resposta talvez nunca seria encontrada, se não tivesse havido uma revolução em Portugal em Abril de 1974, seguida desde Março a Novembro de 1975 por ocupações selvagens de terras, casas, prédios, fábricas e nacionalização de empresas, com apropriação e destruição de bens privados. A tudo isso somava-se uma real ameaça de tomada de poder pelos revolu-

cionários comunistas, que esteve na origem de um dos maiores êxodos de portugueses para o Brasil, como refugiados políticos.

Uma seqüela da revolução de 1974: o leilão “Portugal – Brasil” de 1989

A 23 de Abril de 1975, a maior herdade murada de Portugal, Quinta da Torre Bela, na região de Manique, no Ribatejo, propriedade da família dos duques de Lafões (Bragança), é ocupada por trabalhadores agrícolas sem trabalho nem terra, e por agitadores políticos. Estavam presentes oficiais das forças armadas, que nada fizeram. O momento da ocupação é captado em filme por um realizador de cinema alemão, Thomas Harlan, que permanece na herdade durante oito meses a filmar os acontecimentos. No exterior da herdade, junto à berma da estrada, tendas improvisadas vendem ao desbarato as ricas porcelanas da China da casa de Lafões, por tostões.

Em Lisboa, no palácio do Grilo, na zona do Beato, residência tradicional dos Lafões, o duque D. Lopo de Bragança pressente a ameaça que paira sobre a sua família, aparentada com a casa real portuguesa e alvo preferencial do PREC (Processo Revolucionário em Curso). Decide então vender grande parte do espólio documental e artístico acumulado durante séculos por uma das mais ricas casas senhoriais do antigo regime. Não está sozinho nessa decisão, pois que, no mesmo ano de 1975, outros herdeiros de grandes famílias, bem como centenas de outras famílias, começam a vender tudo o que têm de valor, casas, prédios, mobiliário, jóias, pratas, moedas, refugiando-se depois no Brasil.

Um dos comerciantes que foram chamados em 1975 ao palácio do Grilo foi o antiquário de origem alemã, Rainer Daehnhardt, residente em Belas, que comprou um enorme espólio de mobiliário, pratas e marfins, além da totalidade do arquivo documental da casa Lafões, documentos esses que foi vendendo ao longo de vários anos. Desse enorme acervo fazia parte o arquivo pessoal do abade Correia da Serra (1751-1823), um dos fundadores da Academia das Ciências de Lisboa, juntamente com o 2.º duque de Lafões, o qual seria depois vendido em 1994 à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e por esta doado em 1997 ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. ⁴

⁴ A história custodial deste arquivo vem nas páginas do ANTT, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=4207246>

O mesmo antiquário levou a cabo, nos anos de 1989 e 1990, vários leilões das suas imensas colecções, que deram brado na época. Logo no texto introdutório ao catálogo do primeiro leilão, “Portugal-Brasil I”, de Novembro de 1989, Rainer Daehnhardt dá conta do imenso espólio que adquiriu de várias grandes casas senhoriais:

«Tendo adquirido diversos arquivos das mais nobres famílias portuguesas e conjuntos de documentos e obras de arte ligados a personagens de relevo comecei a ter acesso a informações altamente reveladoras sobre páginas quase desconhecidas ou pelo menos pouco estudadas da história conjunta destas duas nações (Portugal e Brasil).

O arquivo dos Duques de Lafões, do Abade Correa da Serra (fundador da Real Academia das Ciências), de Dom Manuel de Portugal e Castro (filho de um dos Vice-Reis do Brasil e ele mesmo Capitão-General das Minas Gerais, Governador da Madeira e último Vice-Rei da Índia Portuguesa), dos Marialvas, dos Palmelas, dos Saldanhas, da família imperial brasileira e até do Almirante Gago Coutinho, ofereceram-me conhecimentos que merecem chegar ao público em geral (...)»⁵

Apareceram então à venda nesse leilão, pela primeira vez, algumas das mais raras e desconhecidas condecorações e insígnias das antigas Ordens militares portuguesas, como as da Real Ordem da Torre e Espada de 1808, de fábrica portuguesa. Uma delas, no entanto, cativou a curiosidade geral, sendo descrita nesse catálogo como uma peça de excepcional raridade e indiscutível importância histórica:

*«Lote 500 // **A mais Alta Condecoração Portuguesa jamais Existente, 1826** – A Banda das Três Ordens, somente pode ser utilizada pelo Rei ou Chefe de Estado (...) Houve porém, um curto espaço de meses em que D. João VI era Imperador Titular do Brasil e Rei de Portugal (desde o fim de 1825 até 186, data da sua morte). Para esta ocasião, mandou-se fazer esta nova condecoração, que em vez da coroa real portuguesa, leva a coroa imperial. Só houveram duas personagens que a podem ter utilizado: Dom João VI, nos últimos meses da sua vida, e Dom Pedro I do Brasil, durante o curto espaço de tempo em que houve a dúvida se juntaria ou não a Coroa Imperial Brasileira à Coroa*

5 Catálogo do Leilão Portugal-Brasil I, de Temática Histórica, Silva’s, Lisboa, 27 a 9 de Novembro de 1989, p.9 (Introdução)

Real Portuguesa. (...) O pendente, de grandes dimensões (7,5 cm de largura para 14,5 cm de altura) e peso, é uma obra-prima de trabalho de ourivesaria. Tudo em prata esculpida a cinzel e dourada a fogo, coberta por excelentes trabalhos de esmaltagem (...)»⁶

A argumentação exposta por Rainer Daehnhardt na extensa descrição desta magnífica insígnia parecia verosímil, pois era a primeira vez que se via uma Banda das Três Ordens Militares portuguesas pendente de uma coroa imperial. Noutro leilão posterior, de Outubro de 1990, o mesmo antiquário levou à praça outra insígnia da mesma época, também de prata dourada e com as mesmas dimensões, mas da Banda das Duas Ordens Militares de Cristo e de Avis, pendente de uma grande coroa real, sem forro esmaltado, que foi atribuída como tendo pertencido ao infante Dom Miguel de Bragança, irmão de D. Pedro I do Brasil.⁷

Durante os próximos dez anos, o espólio da casa de Lafões continuou a abastecer alguns afortunados colecionadores e estudiosos das condecorações portuguesas. Entre os documentos então surgidos e adquiridos pelo Autor, além de condecorações antigas, figuram inventários manuscritos oitocentistas que pertenceram ao arquivo da casa dos duques de Cadaval (aparentada com a casa Lafões), onde estão relacionadas e descritas, com muitos pormenores, mais de meia centena de insígnias das antigas Ordens Militares portuguesas dos séculos XVII a XIX e outras condecorações.⁸

Foi nesses inventários que viemos a encontrar o registo desse grande pendente da Banda das Três Ordens, com coroa imperial, a par de outros que desvendam a história que ainda estava por contar, da génese da primeira coroa imperial do Brasil.

Os inventários oitocentistas de condecorações

⁶ Idem, *ibid*, p. 132-133 (fotografia)

⁷ *Catálogo do Leilão Lvsitania*, Numisma, Lisboa, 30 a 31 de Março de 1990, p. 174-175 (fotografia, lote 1053)

⁸ O autor acabaria por adquirir, em 1992, todo o remanescente do acervo de condecorações portuguesas existente na posse do antiquário Rainer D., no total de várias dezenas, entre as quais estavam outras Bandas das Três Ordens e das Duas Ordens, com coroa imperial e com coroa real, variantes de fabrico da insígnia leiloadas em 1989. Anos depois seriam adquiridos noutro antiquário de Lisboa, os inventários manuscritos de que se fala neste texto.

No seu género, os inventários oitocentistas da casa dos duques de Cadaval são as mais importantes fontes coevas existentes sobre as insígnias das antigas Ordens Militares portuguesas. Todos eles fizeram parte de livros encadernados, donde as folhas foram arrancadas, sendo conhecidos os seguintes:

1. Inventário de 1809: *Cadaval Anno Domini 1809 – Rol das Condecorações e crachás de maior vallor devido a suas pedrarias* (2 fólhos, frente e verso, 146x203 mm)
2. Inventário de 1810: *Cadaval Inv. n.º 240 livro 4 folhas 18 e 19 A.D. 1810 – Rol das Condecorações* (2 fólhos, verso em branco, 180x260 mm)
3. Inventário de 1815: *Cadaval Inventário n.º 248 livro 5 folhas 4, 5 e 6 A.D. 1815 – Rol de Condecorações* (3 fólhos, frente e verso, 145x202 mm)
4. Inventário de 1820: *Cadaval livro 2 Inventário n.º 249 Anno Domini 1820 folhas 34 a 36 – Rol de Condecorações; Cadaval Inventário Adicional Anno Domini 1820 – Rol das Condecorações enviadas para reparação* (4 fólhos frente e verso, 450x34 mm)
5. Inventário de 1836: *Casa Cadaval Livro 8 Inventário n.º 380 Anno Domini 1836 – Rol de Condecorações* (livro encadernado, com o lacre da casa de Cadaval na capa, 3 fólhos preenchidos frente e verso e os restantes em branco, 210x312 mm)

Da sua leitura infere-se a existência de inventários semelhantes de 1801 e 1803, bem como de 1809 para condecorações sem pedrarias, os quais não são conhecidos. Por outra fonte sabe-se da existência de um outro inventário mais tardio, de 1848, que também se desconhece. É muito possível que os livros originais destas centenas de inventários (380 até ao ano de 1836, descrevendo todo o vastíssimo património da família ducal), ainda se encontrem no grande arquivo documental da casa de Cadaval, também ele vendido em bloco para um negociante do Porto em 2001, mas imediatamente recuperado pelo Sr. Hubert Guerrand-Hermès, casado com a duquesa Roslinda Hermès-Cadaval, filha primogénita do primeiro casamento do 10.º duque, e que desde então aguarda instalação, classificação e abertura à investigação académica.⁹

⁹ Conforme reportagem publicada na revista Única, semanário Expresso, de 15 de Agosto de 2008, pp. 41-44

Além destes, existem também inventários oitocentistas da casa dos duques de Lafões, incluindo um livro encadernado com as armas ducais de prata aplicadas na capa. As peças neles descritas, condecorações muito antigas das ilustres casas que antecederam os Lafões ou que neles foram integradas (Sousas, Marialvas, Arronches, Vimioso, Soure), incluindo as próprias insígnias pessoais dos vários duques, bem como, porcelanas e pratas, são igualmente importantes, mas não estão relacionadas com o assunto desta comunicação.

São destes inventários da casa de Cadaval as descrições de insígnias portadoras de coroas imperiais e reais, que interessam para este nosso estudo e que transcrevemos:

Inventário de 1810 – n.º 240

- *Crachá das três Ordens militares, desenho do padrão, com raios de prata lavrada, centro e cruces com esmaltes de sua cor, com coroa Real.*
- *Idem com coroa Imperial.* (folha 18)
- *O modelo utilizado nestes dois crachás é o que não foi aprovado pello que se não destinam a uso.* (folha 19)

Inventário de 1815 – n.º 248

- *1 Grão Cruz das três Ordens com coroa Portuguesa de grandes dimensões, rendilhada e ricamente cinzelada. Padrão de 1812 mandada fazer por ordem de S.A.R. para serem enviadas para o Brazil.* (folha 6)
- *1 Grão Cruz das 3 Ordens com coroa Imperial de grandes dimensões. É rendilhada e bem cinzelada. Padrão de 1812 destinada ao Brazil.* (folha 6 verso)

Inventário de 1820 – n.º 249

- *1 Grão-Cruz das 3 Ordens, modello com Coroa Imperial, com a insígnia de Santiago à esquerda da de Aviz, estão trocadas no seu lugar. Veio do Brazil.* (folha 34)
- *1 Grão-Cruz das 3 Ordens com coroa Portuguesa, muito grande. É rendilhada e bem cinzelada. É do padrão de 1812 modello para o Brazil.*
- *1 Grão Cruz das 3 Ordens com coroa Imperial muito grande. A peça é rendilhada e bem esmaltada. Tem sua etiqueta.* (folha 34 verso)
- *4 Hábitos para Cavaleiro da Ordem de Christo com coroa Imperial.*
- *2 Hábitos de Aviz para Cavaleiro com coroa Imperial.*

- *1 Grão-Cruz das 3 Ordens com coroa Imperial, o trabalho de cinzel é muito bom. Foi utilizada pelo nosso Senhor Rey Dom João VI no dia 6 de Fevereiro de 1818 na cidade do Rio de Janeiro. Tem etiqueta. (folha 35)*

Inventário adicional de 1820 – Peças a restaurar

- *1 Grão-Cruz das três Ordens, para doirar a prata e restaurar a guarnição de fio da ditto entrelaçada.*
- *1 Grão-Cruz das três Ordens, modello de 1812 com esmaltes cahidos.*
- *1 Idem e doirar.*

Muitas dezenas de outras insígnias das Ordens Militares portuguesas estão descritas nestes inventários, algumas identificadas pelo nome do seu antigo recipiente, ano de atribuição da condecoração e ano em que deram entrada no inventário, outras com comentários quanto à sua manufactura e uso, identificando os metais de que eram feitas (com várias referências à substituição do ouro por prata dourada nas insígnias da Ordem da Torre e Espada, por causa da “crise nacional”), a qualidade dos esmaltes, onde tinham sido feitas (são particularmente importantes as referências às peças fabricadas no Arsenal Real do Exército, em Lisboa) e a que modelo ou padrão correspondiam os seus desenhos, ou ainda, outras que foram enviadas para serem reparadas, e que tipo de restauro precisavam (esmaltar, dourar, pedraria caída). No inventário de 1820 aparece a explicação para uma dúvida maior: se as peças pertenciam aos Cadavais, e como tal tinham sido inventariadas, como foi que apareceram à venda quase dois séculos depois provenientes da casa dos Lafões? Numa nota a fechar esse inventário, o escrivão relatou o seguinte:

«Nota: Em 1816 foi entregue à Caza de Lafões, uma caixa de ferro com as nossas armas, contendo 234 peças das Várias Ordens Militares para serem guardadas, por causa da Intentona e do nosso Senhor Duque estar sob suspeitas. Ainda não foram devolvidas.» (inv. n.º. 249, folha 36)

A intentona que envolveu o 6.º duque de Cadaval D. Nuno Caetano em 1816, ano da morte da rainha D. Maria I e do regresso a Lisboa da família Cadaval, foi o conhecido episódio da tentativa de deposição de D. João VI e da sua substituição pelo duque de Cadaval como rei de Portugal. Uma intentona que este texto confirma e que por causa dela foram postos a



Jean-Baptiste Debret.
À direita, pormenor da pintura
Coroação de D. Pedro I, de 1828,
existente no Palácio Itamaraty em
Brasília. Em cima e em baixo,
aguarelas originais da coroa e da
bandeira imperiais, de 1822,
existentes no Museu Castro Maya
do Rio de Janeiro





Coroas imperiais com mitra.
Em cima, à esq., Frederico III (1415-1493), à dir., Maximiliano I (1459-1519), com um ceptro-báculo; em baixo, à esq., Catarina da Rússia (1729-1796) e à dir., Francisco I da Áustria (1768-1835), com a coroa dos Habsburgos de 1602





Representação de coroas imperiais em insígnias honoríficas.

Em cima, da Ordem da Coroa de Ferro da Áustria (à esq.), de Santo André (centro) e da Águia Negra da Rússia. Em baixo, das ordens brasileiras criadas no Primeiro Reinado, Ordem do Cruzeiro (à esq.), de D. Pedro I (centro) e da Rosa (à dir.), em colecções europeias.





Pendentes da Banda das Três Ordens Militares de 1812. Algumas das peças que figuram nos inventários da casa de Cadaval. Em cima, com a coroa imperial portuguesa (ao centro, o exemplar leilado em Lisboa em Novembro de 1989, cujo paradeiro é desconhecido); em baixo, com a coroa real portuguesa (da colecção do autor)



Cadaval Inventario n.º 240 Livro 4 folha 18 A.D. 1810

Os crachás são todos feitos de metal de molde fabricados no Arsenal Real de S. Paulo, sendo melhor nem se preferir a qualidade de prata e justificação. E assim mesmo não se recebem pelos estrangeiros por serem de S. Paulo, sendo melhor e assim os metais, com respeito dos trabalhos de Inglaterra, não se usa a mesma, e que se recebem na forma dos modelos os metais de ouro.

Rei das condecorações

Conjunto de São-Cruz da Ordem da Torre e Espada com placa grande para ser uso de espada com placa grande para ser uso de espada, e assim mesmo de S. Paulo, sendo melhor por ser feito de sua pertença.

Insignia da Ordem de Santa Isabel em prata dobrada segundo o padrão deste mesmo Arsenal no modelo antigo da São-Cruz de 1778

Insignia da Ordem de Santa Isabel em prata e esmalte o mesmo modelo

Cracha da Ordem de Christo, de metal de prata, com raio de prata, centro de metal de prata, e corações de ouro esmalteados

Cracha das Três Ordens militares, de metal de prata, com raio de prata, centro de metal de prata, e corações de metal de sua cor, com coroa Real

Idem com coroa Imperial



Cadaval Inventario n.º 240 Livro 4 folha 19 A.D. 1810

O modelo de crachás metálicos dos crachás é o que não foi aprovado pelo que se não destinam a ser

Cracha da Ordem da Torre e Espada em prata de sua cor, esmalteado e centro dobrado com placas esmalteadas de sua cor toda a parte de dentro. Tem etiqueta no ultimo inventario

Halto de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada de modelo de 1808, em prata dobrada por recomendas de S. Paulo, sendo melhor, por ser da coroa imperial

Seu medalhão em parte de sua cor com a letra O grande e coroa imperial

Tira a insinuação e o Príncipe Regente, sendo melhor, desta medalha do O. Christo

Cracha da Ordem da Torre e Espada em prata de sua cor com centro e esmalteado e esmalteado sobre o mesmo do modelo contemporaneo, que não foi aprovado pela Real Academia de S. Paulo, e que por tal não se destinam a ser

Collar da Ordem da Torre e Espada sem esmalte, em prata dobrada com etiqueta no ultimo inventario

Medalhão oval, em prata de sua cor, da Ordem de Christo, insignia e por cima della sua grande coroa. Modelo lançado no passado de 1778

Inventários de condecorações da casa de Cadaval.

Em cima, do ano de 1810, onde se registam ensaios para placas com coroa real e coroa imperial. Em baixo, ano de 1815, onde se registam dois pendants da Banda das Três Ordens com coroas real e imperial, enviadas para o Brasil

Cadaval Inventario n.º 240 Livro 5 folha 6 A.D. 1815

Collar da Ordem de Christo em prata dobrada com esmalteado e esmalteado. Modelo antigo feito no Arsenal

Collar da Ordem de Christo em prata. A parte dos metais de sua cor. Tem etiqueta

Cracha de Villa Rica em prata dobrada e esmalteado em sua cor e esmalteado. Tem etiqueta

Grande Halto da Ordem de Christo em prata e esmalteado. É muito antigo. Tem etiqueta

Cracha da Ordem de Christo com o nome do Príncipe Regente e coroa Imperial de S. Paulo. Etiqueta do inventario de 1808.

Espeço Cruz das Três Ordens com coroa Imperial de grandes dimensões, com esmalteado e ricamente esmalteado. Pedra de 1812 mandada fazer para a Ordem de S. Paulo, para serem enviados para o Brasil.



Folha 6 verso

Collar da Ordem de Christo em prata dobrada com esmalteado e esmalteado. Modelo antigo feito no Arsenal

Collar da Ordem de Christo em prata. A parte dos metais de sua cor. Tem etiqueta

Cracha de Villa Rica em prata dobrada e esmalteado em sua cor e esmalteado. Tem etiqueta

Grande Halto da Ordem de Christo em prata e esmalteado. É muito antigo. Tem etiqueta

Cracha da Ordem de Christo com o nome do Príncipe Regente e coroa Imperial de S. Paulo. Etiqueta do inventario de 1808.

Espeço Cruz das Três Ordens com coroa Imperial de grandes dimensões, com esmalteado e ricamente esmalteado. Pedra de 1812 mandada fazer para a Ordem de S. Paulo, para serem enviados para o Brasil.

folhas 24 verso

- 3 Grão-Cruzes da Ordem de Santiago em prata de sua cor modelo de 1810. Distiguida.
- 2 Insígnias de Comendador da Ordem de Christy, com laço azulado, em prata de sua cor, peça muito antiga. Distiguida de outubro de 1801. Distiguida.
- 1 Grão-Cruz das 3 Ordens com coroa Imperial, muito grande. 3 rendilhada e bem azulada. 8' de pedras de 1812 modelo para o Brazil.
- 1 Grão-Cruz das 3 Ordens com coroa Imperial muito grande. A peça é rendilhada e bem azulada. Tem sua etiqueta.
- 3 Cachas de Santiago muito grandes e antigas com o S. H. S. no avesso. Vieram de conventos e tem etiquetas de inventário.
- 1 Colar em prata de sua cor da Ordem de Torre e Espada de pedras azuladas pelo Cavaleiro desta Ordem. Tem etiqueta de inventário.
- 1 Cacha' em ouro das três Ordens sem fecho, pertenceu a S. A. R. a Sereníssima Senhora Dona Maria I. Tem etiqueta de inventário.
- 1 Grão-Cruz das 3 Ordens em ouro. Insígnias e Legado Grande Espetador, modelo de pedras de 1789. Foi também pertença de S. A. R. a Sereníssima Senhora Dona Maria I.
- 1 Medalha em ouro de João-Felice e Leopoldo. Tem etiqueta do Brazil.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de Torre e Espada pertença do Senhor Henrique Espinal de Azevedo Lottmayer. Tem etiqueta.
- 1 Caixa de madeira com a Grão-Cruz da dita Ordem pertença de do nosso Senhor Duque. Tem etiqueta.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de R. P. João Poggio) objeto da Ordem de Christy de antigos pedras de 1789. Foi pertença do Senhor Visconde da Branda.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de Santiago de offada de antigo padre. Pertenceu ao Sr. e Sr.ª Senhora Dom Francisco Xavier de Branda.
- 1 Cacha' das 3 Ordens em prata de sua cor, sem fecho, com Insígnias e Legado Grande (coração) em esmalte de sua cor, foi feita no estrangeiro.



folhas 25 verso e 26 verso n.º 249 Anno Domini 1820. folhas 25.

- 1 Medalha para cavaleiro da Ordem de Torre e Espada, modelo em esmalte. Tem etiqueta.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de Christy do modelo de 1789 com coroa e tiara em prata de sua cor com as insígnias de Legado Grande em esmalte. Estas peças foram pertença de Sr.ª Dona Joia Leiria de Lima concedida pelo Príncipe Regente em 1796. Tem etiqueta.
- 1 Cacha' das duas Ordens de pedras antigas. Tem etiqueta.
- 1 Colar do Tesouro d'or em prata deidade em esmalte de pedras Portuguezas. Depositada no nosso depositário desde 1812. Tem etiqueta.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de Christy com Insígnias em prata de sua cor, e o Legado Grande em esmalte, peça de pedras de 1789 para o Sr. de Branda. Tem etiqueta.
- 2 Grão-Cruzes da Ordem de Avis de mesmos pedras. Tem etiqueta.
- 4 Medalhas para Cavaleiro da Ordem de Christy com coroa Imperial.
- 2 Medalhas de Cruz para Cavaleiro com coroa Imperial.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de Cruz de antigo padre, pertença do Sr. e Sr.ª Senhora Dom Rodrigo Sousa Coutinho. Tem etiqueta.
- 1 Grão-Cruz das 3 Ordens com coroa Imperial e trabalho de cruzes e muito bem azulada pelo nosso Senhor Rey Dom João VI no dia 6 de Fevereiro de 1818 na Cidade de Rio de Janeiro. Tem etiqueta.
- 1 Grão-Cruz da Ordem de Christy que foi pertença do mesmo Sr. Estas peças foram depositadas no Arsenal Real guardando-se no orden de Branda de duas Ordens, quanto ao seu destino.
- 1 Insígnias das 3 Ordens, com a de Santiago à esquerda da de Cruz. Tem etiqueta. Foi entregue ao Arsenal Real para o Sr. de Branda das lutas insígnias de acordo com o Regimento no Anno de 1787.

Inventário de condecorações da casa de Cadaval, ano de 1820.

Onde se registam mais pendentes da Banda das Três Ordens Militares com coroa real e imperial, e hábitos de cavaleiro da Ordem de Cristo e de Avis, com coroa imperial. Esse seria o modelo seguido no Brasil logo após a independência (foto da insígnia por cortesia do Museu Histórico Nacional)



Uma comparação inevitável.

Em cima, o confronto entre as duas coroas imperiais, a portuguesa de 1812 (à esq.),
e a brasileira de 1822 (à dir.), pormenor de um pendente de grã-cruz
da Ordem do Cruzeiro de fabrico francês.

Em baixo, duas coroas reais portuguesas, de 1812 (à esq.) e de 1825 (à dir.)



recato peças valiosas, guardadas na casa da sua futura cunhada, a 3.^a duquesa de Lafões D. Ana Maria de Bragança (em 1819 celebrou-se o duplo casamento entre as irmãs Lafões com os irmãos Cadaval, ficando as duas casas unidas por este parentesco). As peças guardadas acabariam por nunca mais serem devolvidas.

Da leitura destes textos ressalta um grande rigor na descrição das peças inventariadas, o escrivão sabia o que escrevia, não existem erros, cada condecoração é relacionada com zelo e sabedoria. Com frequência são descritas peças com etiquetas, que existem de facto em muitas das insígnias conhecidas, sendo na sua maioria etiquetas cartonadas e aramadas, normalmente presas nas argolas de suspensão, com os dizeres que identificam as peças e que coincidem com o registo inventariado. Em vários casos, o escrivão apontou que as insígnias descritas não tinham sido aprovadas, por isso não se destinavam a uso, ou seja, eram protótipos ou ensaios feitos para subir à presença da Mesa do Desembargo do Paço, ou do próprio soberano, para sua aprovação.

Estão neste último caso as insígnias pendentes de coroas real e imperial, acima descritas como tendo sido feitas em Lisboa em 1812 e enviadas para o Brasil, donde algumas terão retornado em 1815, já que figuram no inventário desse ano, outras terão ficado na Corte no Rio de Janeiro e regressado por volta de 1820, como aliás indica o inventário desse ano. Pendentes deste tipo existem actualmente em colecções particulares portuguesas (incluindo a colecção do Autor), uns com coroa real, outros com coroa imperial, forradas ou não, de grandes dimensões. Quanto ao pendente leiloadado em 1989 (lote 500), o antiquário Rainer D. diz que foi vendido para uma colecção brasileira.

É particularmente singular a referência no inventário de 1820 a uma Grã-Cruz das Três Ordens com coroa imperial, portadora de uma etiqueta e que foi inventariada como tendo sido a medalha pendente da banda das Três Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago, que D. João VI usou no dia da sua coroação. O que a torna tão especial é a clara referência a uma coroa imperial, quando nesses inventários existem outras insígnias do mesmo tipo pendentes de coroa real.

D. João VI, rei e imperador em 1818?

Uma coroa imperial portuguesa?

Sonho ou realidade?

O Sonho: Rei de Portugal, Imperador do Brasil

E de facto assim é: o que estas insígnias nos contam e revelam é que, pelo menos desde 1812, alguém pensou na possibilidade do príncipe regente de Portugal, com a sua corte e governo no Brasil, vir a ser aclamado Imperador, quando chegasse a sua hora de suceder à rainha D. Maria I.

Imperador do Ocidente, como muitos anos antes sugerira o embaixador D. Luís da Cunha? Ou Imperador do Brasil, como era voz corrente na época?

E porquê em 1812, que teve assim de especial esse ano ou os anos anteriores?

A consulta à correspondência trocada entre a Corte no Rio de Janeiro e os Governadores do Reino em Lisboa, nada produz de especial sobre este tema em 1812, mas algo aparece de insólito em 1810: por aviso de 21 de Novembro, pede-se o envio de *“uma cópia do Auto de Levantamento e mais Ordens pela Aclamação da Rainha D. Maria I e demais papéis referentes ao cerimonial que se costuma praticar em semelhante ocasião”*, o que foi respondido de Lisboa a 27 de Fevereiro de 1811, tendo a documentação sido recebida no Rio de Janeiro a 29 de Maio (1.^a via) e a 14 de Junho (2.^a via).¹⁰

Teria a rainha passado tão mal em 1810 que logo se fizeram preparativos para a sua sucessão eminente? A vida de D. Maria I desde que enlouqueceu é um grande mistério, e desde que chegou ao Rio de Janeiro que muito pouco se sabe dos anos que lá viveu, das crises que certamente terá tido, daqueles momentos em que a doença pressagiava a morte. Nenhum historiador achou interessante investigar esses anos, a história da Rainha Fidelíssima termina invariavelmente no ano de 1792, quando o príncipe D. João assume a regência.

Mas a correspondência oficial da Corte com Lisboa não deixa de ser um sinal, não se pede a documentação toda respeitante ao cerimonial de aclamação dos senhores Reis de Portugal sem um motivo muito forte, o da preparação de uma nova aclamação real. Desde então, até ao passamento da rainha em Março de 1816, nunca mais se voltou a falar sobre este assun-

¹⁰ ANTT, Ministério do Reino, *Registo de ordens expedidas pelo Príncipe Regente aos governadores do Reino*, livro 380, fól. 411 e 412 (29 de Maio e 14 de Junho de 1811)

to.

Terá sido na sequência desses preparativos cautelares que se mandaram fazer em Lisboa as insígnias da Banda das Três Ordens Militares, com coroas real e imperial? Se são protótipos ou ensaios, como tudo indica que são, pelas variantes de fabrico conhecidas, então destinavam-se à apreciação e escolha superior, as insígnias rejeitadas foram devolvidas para Lisboa, outras terão ficado no Rio de Janeiro, onde foram vistas e apreciadas por cortesãos, políticos e artistas, como Jean-Baptiste Debret.

Mas não é só a grande Banda das Três Ordens Militares, distintivo da chefia do Estado, que está em causa, veja-se que no inventário de 1820 também existiam hábitos, insígnias de cavaleiros das Ordens de Cristo e de Avis com coroa imperial. Ou seja, é toda uma emblemática decorativa e condecorativa que estava em processo de mudança, na perspectiva da criação de um grande império Portugal-Brasil.

Nos registos consultados nada encontramos sobre essas encomendas e fabricos, nem contas de ourives pagas pelo Erário, nem correspondência trocada entre secretarias de Estado, nem nada se encontra no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, herdeiro de uma pequena parte do espólio documental do antigo Arsenal Real do Exército (a maior parte, e parte mais importante que dizia respeito às produções dessa fábrica, foi deitada fora por inútil, na década de 1870).

Tudo o que existe, de concreto, são as próprias insígnias e os inventários que as descrevem, que pela primeira vez são mostrados em público e parcialmente transcritos nesta comunicação.

Quanto ao ambiente social e político dessa época, são bem conhecidos os fundamentos de que teria existido na Corte do Rio de Janeiro a ideia da criação de um império Portugal – Brasil, mesmo antes da elevação do Brasil a Reino em 1815, um tema que já foi tratado em profundidade.¹¹

11 A ideia do Brasil Império anterior a 1822 foi tratada por vários autores, que consultamos via internet: -- Ronaldo Rebello de Britto Poletti, *Elementos para um conceito Jurídico de Império*, tese de doutoramento, Faculdade de Direito de Brasília, pp.209-217. Brasília, 2007; -- Eduardo Romero de Oliveira, *A idéia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824)*, Tempo, nº 18, pp. 43-63. Rio de Janeiro, 2005; -- Idem, *O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822)*. Tempo, nº 26, pp. 133-159. Rio de Janeiro, 2007. Neste último, o autor refere a insígnia da Banda das Três

Para este nosso estudo, interessa especialmente associar a existência das insígnias pendentes de coroa imperial, com um relato coevo sobre a ideia do império, tendo D. João VI como Rei e Imperador. E o relator é alguém insuspeito, o embaixador da Áustria no Rio de Janeiro em 1822, numa carta enviada para o príncipe de Metternich em Viena, em Outubro desse ano tão especial da independência do Brasil e poucos dias após a sagração de D. Pedro I. Nessa correspondência, o barão de Mareschal dá conta de uma conversa tida com o ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, onde fora bordada a questão da aceitação imediata e sem restrições por D. Pedro do título de Imperador:

«Continuando a falar sobre este assunto, ele disse (...) que a posição deles (Brasil) era inteiramente diferente (da Europa), que eles se consideravam como saindo do Estado da Natureza e que o título de Imperador era tomado como designando o chefe de um vasto Império; que se o rei viesse aqui, a maneira como seria recebido e tratado provaria altamente quais eram os sentimentos de seu filho; -- que o erro que ele (o Rei) tinha feito, foi o de não ter tomado em 1816 o título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal, em vez de ter criado um Reino Unido ilusório (...)»^{12}*

D. João VI, Imperador do Brasil e Rei de Portugal em 1816?

Duas coroas unidas, uma imperial, outra real?

Perante esta clara afirmação daquele que foi um conselheiro de D. João VI, antes de ser a grande figura política por detrás da independência do Brasil, levanta-se a questão: será que D. João VI podia ter optado por tomar aquele título imperial e real?

Ordens com coroa imperial da nossa colecção, que figurou na exposição *D. João VI e o Seu Tempo* (Lisboa, 1998 – catálogo p. 235).

Não conseguimos consultar outra referência importante, Maria de Lourdes Vianna Lyra, *A utopia do poderoso Império – Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994 .

12 Barão de Mareschal, Correspondência do Barão Wenzel de Mareschal (1821-1822), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 80, p. 113-114. Rio de Janeiro, 1916. Ofício de 19 de Outubro de 1822, n. 32, letra B: *«Continuant à parler sur cet sujet, il dit (...) que leur position étoit entièrement différente, qu'ils se regardoient comme sortant de l'Etat de Nature et que le titre d'Empereur n'étoit pris que comme désignant le chef d'un vaste Empire; que si le Roi venait ici, la manière dont il y seroit reçu et traité prouverait hautement quels étoient les sentiments de son fils; -- que la faute qu'il (le Roi) avoit faite, étoit de ne point prendre en 1816 le titre d'Empereur du Brésil et Roi de Portugal au lieu de créer un Royaume uni illusoire (...)»*

A resposta é agora dada por essas insígnias pendentes, umas de coroa imperial, outras de coroa real, fabricadas em Lisboa em 1812 e enviadas para o Rio de Janeiro: sim, podia, se tivesse havido vontade política para tal, a mudança emblemática estava ensaiada, a coroa imperial portuguesa ornava o distintivo da chefia do Estado desse vasto e poderoso império a criar.

Podia ter feito, mas não o fez, optou pela coroa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e a história tomou um outro curso, que todos nós sabemos qual foi.

A Realidade: um império nos trópicos

Por razões que se desconhecem, o sonho de ser sagrado Imperador do Brasil, que estas insígnias documentam e revelam, nunca se concretizou em tempo oportuno para o soberano português, enquanto permaneceu no Rio de Janeiro. O sonho imperial de D. João VI seria concretizado pelo seu primogénito, na fundação do Império do Brasil e na transformação do modelo de uma coroa imperial portuguesa, na primeira coroa imperial brasileira.

Nessa hora de mudança de regime, nova emblemática tinha que ser inventada: as cores do laço nacional, doravante amarelo e verde; e a bandeira nacional, na qual figurava ao centro o escudo de armas coroadado, inicialmente com uma coroa real, depois com uma coroa imperial de desenho inovador, cuja autoria tem sido atribuída ao pintor francês Jean-Baptiste Debret.

O que desde agora sabemos não corresponder à verdade dos factos históricos.

Debret terá visto, apreciado e até copiado o desenho das novas insígnias fabricadas em Lisboa e enviadas para apreciação da corte e do príncipe regente D. João. O seu autor permanece anónimo, terá sido um artesão do Arsenal Real do Exército, ou um ourives a quem se entregou um desenho para ele materializar no metal, como ainda hoje se pratica. Debret registou a novidade, nunca antes se tinha visto uma coroa imperial como aquela, de oito semi-arcos perolados fechados que, em vez de se unirem ao centro num plano horizontal, ou abatido, como nas coroas reais da Europa, erguiam-se altivos num elegante formato ogival lanceolado, como janela de catedral, unindo-se depois bem lá no alto num globo crucífero, em que a cruz cimeira tinha o recorte de uma cruz pátea.

Debret registou a novidade e transformou esse projecto de uma coroa imperial portuguesa

na realidade da primeira coroa imperial brasileira, rigorosamente igual no modelo estrutural (que ele chamou de forma elíptica), diferente apenas nos emblemas do diadema (brasão imperial) e no globo crucífero, agora uma esfera armilar, também ela encimada por uma cruz pátea, a cruz da Ordem de Cristo.

Desse seu desenho de 1822 vieram depois os artífices e os ourives, brasileiros e franceses, fabricar as coroas donde pendem as insígnias das Imperiais Ordem do Cruzeiro, da Ordem de D. Pedro I e da Ordem da Rosa, atribuídas durante o Primeiro Reinado (1822-1831), de que se reproduzem alguns exemplos das insígnias dos mais elevados graus honoríficos, que são em si mesmas notáveis obras de ourivesaria. A comparação emblemática entre as duas coroas imperiais é inevitável, tal como aparecem representadas em duas insígnias totalmente distintas: a portuguesa, fabricada em Lisboa em 1812, para uma Banda das Três Ordens Militares; e a brasileira, fabricada em Paris cerca de 1823-1828, para uma grã-cruz da Ordem do Cruzeiro.

A semelhança é gritante e a conclusão possível é só uma: a coroa imperial de D. Pedro I do Brasil, desenhada em 1822 pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, foi copiada de um projecto de uma coroa imperial portuguesa, desenhada em 1812 e destinada a ensaiar e a preparar uma mudança emblemática das insígnias soberanas de D. João VI, se e quando viesse a ser aclamado Imperador do Brasil e Rei de Portugal.

Um título, afinal, tão ambicionado, mas que só acabaria por assumir a 15 de Novembro de 1825, dia da rectificação do Tratado de Amizade e Aliança entre Portugal e o Brasil, e do reconhecimento da sua independência com o título de Império.

Seria desde então e até à sua morte, poucos meses depois, *DOM JOÃO por Graça de Deus, Imperador do Brazil, e Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e dalém Mar, em África Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arábia, Pérsia e Índia.*

D. João VI, um imperador antes do Império?

Sonho ou realidade?

Realidade, sem dúvida, mas só nas insígnias das antigas Ordens Militares portuguesas.

Lisboa - Rio de Janeiro, Outubro de 2011